

Para uma estratégia de coesão em Portugal

MÁRIO MURTEIRA

RESUMO: A integração europeia formal e informal da economia portuguesa remonta aos anos de 1960 e, como tendência de longo-prazo, ofereceu indiscutíveis vantagens para Portugal. Quando é decidida a «plena adesão», em meados dos anos 1980, pode dizer-se que não existia alternativa credível, e a evolução registada depois disso permitiu, até fins do século passado, um processo de convergência real da economia portuguesa no seio da UE. Mas essa convergência não foi ainda retomada, nem parece viável a curto-prazo. Põe-se a questão de saber se a «Estratégia de Lisboa renovada» aplicada a Portugal permitirá essa recuperação. O autor defende que, para tanto, será necessário focar e articular a multiplicidade de objectivos e instrumentos do PNAE numa «engenharia de reformas», visando o grande desígnio da coesão social.

Palavras-chave: Economia Portuguesa, Integração Europeia, Convergência Real, Coesão Social

TITLE: Social cohesion in Portugal

ABSTRACT: The formal and informal European integration of the Portuguese economy started on 1960 and brought significant advantages to Portugal in a long term perspective. In the mid nineteen eighties, when was decided the «full adhesion» to the EEC, it may be said that there was no credible alternative, and the economic development of the country until the end of the last century was remarkable. However, the present situation of the Portuguese economy, after years of slow or even negative growth, and increasing unemployment, is problematic. The revised version of Lisbon Strategy, in the frame of the EU, and the corresponding version of the Portuguese Government, will be successful to give a new impetus to the economic and social development of the country? The author argues that there is a need to a new strategy more oriented to social cohesion.

Key words: Portuguese Economy, European Integration, Real Convergence, Social Cohesion

MÁRIO MURTEIRA

mlsm@iscte.pt
Doutor em Economia (Universidade Técnica de Lisboa); Professor Catedrático Jubilado de Economia do ISCTE; Ex-Presidente da Escola de Gestão do ISCTE; Director da revista Economia Global e Gestão.
PhD in Economics (Lisbon Technical University); Full Emeritus Professor of Economics of ISCTE; Ex-President of ISCTE Business School; Director of Global Economics and Management Review.

A questão da cidadania europeia, e das suas múltiplas implicações económicas, sociais e políticas, tem sido pouco discutida em Portugal. E, do mesmo modo, não é possível falar de algo como «consciência europeia» no país. No entanto, Portugal é um dos países fundadores da União Europeia e está desde longa data envolvido num processo formal de integração económica na Europa, que, no caso português, remonta a 1960, quando o país foi também um dos membros fundadores, juntamente com a Grã-Bretanha, da EFTA, ou seja, na expressão portuguesa, da Associação Europeia de Comércio Livre. Mas, nessa mesma década, a grande via de integração real, “de facto”, de Portugal na Europa foi a emigração clandestina que chegou a causar um despovoamento acentuado da maior parte das regiões do país. Ao mesmo tempo, é certo que, por via da integração formal na EFTA, os mercados coloniais para as exportações de produtos industriais, sobretudo intensivas em mão-de-obra, eram substituídos por mercados europeus. De uma e de outra forma, era a mão-de-obra barata que integrava Portugal na Europa, não propriamente os grandes ideais europeus do respeito pelos direitos humanos e da solidariedade social.

E quando, na segunda metade dos anos 1980, Portugal e Espanha se comprometem simultaneamente na «plena adesão» à CEE, o grande facto novo para Portugal é a integração económica ibérica. Mas, a globalização por via do acesso de capital estrangeiro também recebe novo impulso, como seria de esperar. E com tudo isto, é o grande desígnio do «autocentrismo imperial», característico dos tempos de Oliveira Salazar, que passa definitivamente à História.

Mais recentemente, é por via do preenchimento das condições necessárias à realização da União Económica e Monetária, em primeiro lugar, e da satisfação das correspondentes exigências de estabilização, em segunda fase, que o país realmente experimenta o processo de integração. Assim se constata que, para o nosso país, os caminhos da Europa são múltiplos e, de algum modo, surpreendentes.

Como é sabido, depois da revolução de 1974, que ao mesmo tempo pôs fim à caudal ditadura e ao não menos caduco “império colonial português”, a integração europeia da economia portuguesa foi vista pela maioria das forças políticas nacionais como a “via única” para o desenvolvimento do país. E, na realidade, não se oferecia então alternativa credível, embora o efectivo desenvolvimento económico e social de Portugal tivesse ficado muito aquém das expectativas e a economia tenha entrado neste século envolvida em análises e perspectivas sombrias não só sobre o presente que atravessa, mas também sobre o futuro.

Constata-se, com alguma surpresa e muito desconforto, que os portugueses (digase, em abono da verdade: não todos, mas sobretudo alguns) têm, na realidade, vivido «acima das suas possibilidades»: isto é, podem desejar ter ainda mais, mas carecem de produzir mais para justificarem o que actualmente gastam. Já não se pode utilizar a taxa de câmbio para os necessários ajustamentos - como sucedeu nas duas décadas que se seguiram à revolução de 1974, onde se aplicaram as brutais, mas efectivas, receitas estabilizadoras do FMI. Recorde-se que, segundo estatísticas da Comissão Económica para a Europa da ONU, e após uma política de estabilização rigorosa, o investimento em 1985 sofreu contracção ainda maior do que em 1975, o ano das maiores tensões sociais e políticas (**Economic Survey of Europe in 1987/88**, p. 231).

Nestas condições, cria-se uma delicada situação ao nível político, em particular dada a sua natureza realmente democrática: os governantes eleitos, para satisfazer os interesses nacionais a médio e longo-prazo, têm de, no curto-prazo, tomar medidas contrárias aos interesses imediatos do eleitorado que os preferiu. Neste contexto, pode dizer-se que os governantes oscilam entre duas psicologias de algum modo doentias: o masoquismo ou a hipocrisia.

Não são simples as causas desse tão pronunciado afastamento em Portugal entre expectativas e realidades, mas abundam os diagnósticos amargos, e não é nosso propósito neste texto juntar-lhes mais um. Também é de realçar que fenómenos desta dimensão e complexidade não se compadecem com interpretações de curto-prazo, pois apelam a uma visão ou perspectiva histórica de maior fôlego.

Além do mais, é de salientar que não só a conjuntura económica é preocupante, como se respira um ambiente de mal-estar social, de desconfiança nas instituições, de cepticismo sobre as verdadeiras capacidades do país.

Ora, sem esquecer que o nível médio de vida dos portugueses melhorou significativamente nos últimos quarenta anos, vários indicadores mostram que as desigualdades se têm acentuado na sociedade portuguesa¹, podendo afirmar-se que, contrariamente às grandes esperanças de justiça social nascidas em 25 de Abril de 1974, «os pobres têm ficado mais pobres e os ricos mais ricos», para sintetizar numa frase sugestiva uma evolução social necessariamente complexa. É assim compreensível que as perspectivas da maioria da população sobre o seu futuro também divirjam fortemente das da minoria, que tem vindo a concentrar poder e riqueza. E tudo isto, sem margem para dúvidas, em pleno quadro democrático de acesso ao poder político.

Talvez que o mais chocante desta evolução seja o facto de ocorrer sob o signo de um espaço político-económico do sistema mundial que se reclama de um peculiar modelo de sociedade, orientado por objectivos de integração ou coesão social.

Recorde-se que, apesar de tudo, e talvez sem grande consciência disso, os portugueses são “europeus”, formalmente, ao menos.

Afinal, que quer isso dizer, se realmente quer dizer alguma coisa?

Em princípio, e sem ignorar que no lastro histórico da Europa há fascinantes claudicações, mas também sinistras sombras, contam-se sem dúvida nas primeiras a consagração de direitos fundamentais da pessoa humana - que, por sua vez, dão pleno sentido ao ideal democrático próprio da melhor tradição ocidental - e um projecto de integração ou coesão social, como já notámos. Este projecto, todavia, tem tido e continua a ter diferentes expressões no tempo e no espaço “europeu” de que Portugal faz parte.

Deve, também, reconhecer-se que, na prática da integração europeia que tem vindo a realizar-se, a componente económica tem sido predominante. Ou, dito de outra maneira, a economia, mais do que a sociedade, tem condicionado fortemente a política. E o predomínio da vertente extensiva sobre a intensiva - como se sabe, a UE foi alargada a 25 membros, ainda que o projecto da Constituição Europeia tivesse ficado em suspenso - não tem ajudado a definir o significado do “europeu”.

Se pensarmos, ainda, que a Turquia, desde há largos anos, pacientemente tem tentado alistar-se na Europa, não estando afastada essa hipótese, e que não é também absurdo imaginar países do Norte de África ou mesmo Cabo Verde, num futuro não muito distante, igualmente inseridos nesse conjunto, o nosso problema torna-se aparentemente insolúvel.

A resposta para este enigma passará, em primeiro lugar, por reconhecer que a Europa se define mais por um trajecto ou um movimento do que por algo entendido como chegada ou desfecho de um caminho. E nesse trajecto ou movimento, onde alguns vão à frente ou muito à frente de outros, predomina uma dimensão específica: a mediação de culturas, como salientou Étienne Balibar, que sugestivamente designou a Europa de difuso *vanishing mediator* (Balibar, 2003).

Apenas de passagem, notemos que os EUA também exibem algo de semelhante como mediador cultural, mas o seu grau de integração política e económica é superior a esta Europa que referimos. Em tempo de multi-dimensional e acelerada glo-

balização, podemos hoje reconhecer que a América do Norte tem essa marca profunda na sua génese histórica, enquanto a Europa, de muito mais remota e diversificada origem, necessita de forte e problemática dose de voluntarismo para se ajustar ao processo planetário em curso.

O ponto que mais nos interessa, porém, destacar é o seguinte: para além dessa peculiar forma de convivência e interpenetração de diferentes culturas, assumir concretamente o atributo “europeu” implica ter algo de fundamental comum no passado, a defender no presente e algo de fundamental comum a procurar no futuro.

É por isso que tantos consideram ser o propósito da coesão ou integração social, como algo a construir e a defender na prática social, essencial ao sentido ou significado da Europa, se admitirmos que, ao repetir o enunciado do propósito, não se trata apenas de mistificadora petição de princípio.

Sobretudo notando, uma vez mais, que estamos em tempo de acelerada globalização da economia mundial, com predomínio da vertente financeira da chamada economia de mercado sobre a vertente social e, mesmo, da vertente puramente política (Murteira, 2003).

E de que se trata, na verdade, quando se aponta a coesão social como referência fundamental dessa Europa em movimento?

Sem dúvida que o termo indica direcção contrária à desintegração da sociedade, ao agravamento de disparidades entre grupos sociais, regiões ou actividades. O ideal da coesão social é, afinal, a integração “interna” da economia e da sociedade, ainda que abertas ao exterior envolvente, no sentido de haver igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, independentemente do sexo, actividade, região, cor da pele, ou crença religiosa.

Forçoso é reconhecer, porém, que a tendência mais forte da economia mundial nas últimas décadas tem sido o predomínio da integração económica no mercado mundial - aquilo que geralmente se designa por globalização -, com concomitante desintegração interna das economias nacionais. Defender a “coesão social”, implica, portanto, de algum modo ir contra a corrente que hoje predomina nas relações económicas (e políticas) internacionais. Atitude que, levada até às suas últimas consequências, identifica um amplo movimento social, simbolizado pelo Fórum Social Mundial, em busca de uma “outra” globalização ou, de modo mais consistente, na procura da globalização “justa”, como foi recentemente defendido por uma comissão internacional de personalidades de vários títulos e competências constituída sob a égide da Orga-

nização Internacional do Trabalho (OIT, ISCTE, 2005) ou ainda, em Portugal, pela Comissão Nacional Justiça e Paz (Manuela Silva e outros, 2005).

Esta questão tem toda a actualidade na presente conjuntura nacional, quando se repara que no caso português, e na perspectiva que aqui propomos, tem havido não só retardamento do desenvolvimento económico, mas ainda crescente desintegração social.

É, também, necessário recordar que quando Portugal, na segunda metade dos anos 1980, inicia o seu processo de «plena adesão» à então chamada Comunidade Económica Europeia, era legítimo esperar do facto um grande impulso para o desenvolvimento do país, até porque a economia nacional tinha passado por uma austera fase de estabilização, pois enfrentara sérios desequilíbrios monetários e financeiros³.

Ora, podemos agora constatar que essa grande oportunidade foi em larga medida perdida. E isso aconteceu, como hoje surge evidente, porque a oportunidade foi assumida como reforço de uma assistência financeira externa, em lugar de constituir suporte para nova dinâmica interna de desenvolvimento.

Mas, por outro lado, seria ilusório pensar que vinte anos mais tarde existe uma segunda «grande oportunidade» para beneficiar dessa adesão, mesmo procurando ser apenas diligente discípulo na implementação da chamada Estratégia de Lisboa. A menos que esta possa assumir características muito específicas, que impulsionem o desenvolvimento nacional no «caminho europeu», no sentido que temos procurado definir. Existe efectivamente necessidade de novo impulso, por assim dizer, para o desenvolvimento da economia e da sociedade portuguesas. Mas esse novo impulso, ao que parece, exigirá, antes do mais, uma revigorada dinâmica interna, ou endógena, para a integração ou coesão social. Aliás, parece que o actual discurso governamental sobre o «choque tecnológico» se enquadra nesta visão, embora a ênfase seja colocada na dimensão tecnológica, em lugar da coesão social, como aqui defendemos...

A necessária dinâmica «interna», em todo o caso, sempre seria aberta para uma articulação mais qualificada na economia mundial, e não apenas no contexto da UE, o que pressupõe necessariamente uma estratégia tecnológica adequada. Mas como a tecnologia não existe no vazio, mas num contexto societal determinado, tudo remete para uma concepção mais ampla da «engenharia de reformas» que preconizamos.

Na verdade, será tal propósito praticável nas presentes condições nacionais, europeias e mesmo globais? Ou trata-se, uma vez mais, de negar a dura realidade

e de procurar refúgio no grandioso discurso de boas intenções, no sonho e utopia?

No fim de contas, deve reconhecer-se, paradoxalmente, que afinal seria essa a via para Portugal, no começo do Séc. XXI, ser «europeu», não tendo conseguido no século anterior atingir esse objectivo, apesar dos longos e acidentados caminhos tentados.

É face a este panorama que se coloca a questão de saber se o relançamento da Estratégia de Lisboa, no quadro da UE, será suficiente para desencadear, pelo menos sustentar, a referida dinâmica. Não esquecendo que, no presente contexto português, o poder político se esforça por encontrar combinação apropriada de vários ingredientes instrumentais que constam do Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE), o qual, entre outros programas, inclui o Plano Tecnológico. E repare-se na envergadura e ambição do que está em causa, sabendo-se que, conforme salienta Carlos Zorrinho (2006), o PNACE «identifica 15 desafios e 18 prioridades, propondo 7 políticas transversais e 125 medidas de acção»!

Questão muito complexa que, neste artigo, apenas poderemos examinar nalguns aspectos e de forma necessariamente simplista (mas que é abordada, em diferentes perspectivas, por outros autores incluídos nesta edição da *Economia Global e Gestão*, entre eles o próprio coordenador da Estratégia de Lisboa em Portugal).

Em todo o caso, importa desde já salientar que nos interessa sobretudo referir a necessidade de uma determinada focagem da realidade portuguesa, e que a novidade poderá resultar de uma séria abordagem, conceptual e instrumental, da coesão social como princípio integrador das reformas a realizar no caso português.

Importa, antes do mais, tentar compreender o significado da nova Estratégia de Lisboa no âmbito da UE. Para isso, tomaremos como referência o sugestivo texto de Carlos Zorrinho, também incluído neste número da revista.

IMPLICAÇÕES DO RELANÇAMENTO, À ESCALA DA UE, DA ESTRATÉGIA DE LISBOA

A implementação de um conjunto tão vasto de objectivos e instrumentos de política económica, como os contidos na chamada Estratégia de Lisboa, num grupo de numerosos países de diversos graus de desenvolvimento económico e social, além de possuidores de bem diversas matrizes institucionais e culturais, é, antes do mais, um ambicioso e original exercício de política económica e, afinal, mesmo de política *tout court*. E isso, acentue-se, no duplo nível daquilo que o prémio Nobel da Economia,

Jan Tinbergen, chamou de «política qualitativa» ou reformas, e de «política quantitativa», esta utilizando instrumentos correntes como taxas de juro, impostos, oferta de moeda, despesas públicas, etc..

É certo que a existência de uma união monetária abrangendo grande parte dos países envolvidos no exercício poderá facilitar, até certo ponto, a aplicação de uma tal estratégia. O Banco Central e a moeda única permitirão, em princípio, garantir objectivos compatíveis com o chamado «Consenso de Washington», em formulação mais ou menos rigorosa, e assim assegurar os «fundamentos» que hoje se consideram necessários para a competitividade das grandes empresas transnacionais no mercado global. Não vamos aqui questionar esses fundamentos, ou regras do jogo competitivo, nem a lógica subjacente da competição que hoje caracteriza esse mercado (cf., por exemplo, Stiglitz, 2002). Mas é evidente que se trata, no essencial, de instrumentos ao serviço da política tipicamente quantitativa, no sentido referido, quando a nossa problemática remete essencialmente para a política qualitativa, ou seja, as reformas do sistema económico e social, envolvendo questões como o sistema educativo, a aprendizagem, o sistema de inovação, o mercado de trabalho, a infra-estrutura das tecnologias da informação e comunicação, a protecção ambiental, etc..

Nada disto é «puramente» económico, mesmo admitindo que existe tal pureza em alguma dimensão da existência social dos homens. E, desde logo, coloca-se aqui uma dúvida de fundo, a que voltaremos mais adiante, no quadro da problemática portuguesa actual: saber se a, ao menos, aparente clareza dos objectivos e instrumentos da política quantitativa face à relativa indeterminação da política qualitativa, não poderá disfarçar no nosso caso, tudo somado, uma insuperável incompatibilidade entre ambas.

Com efeito, ainda que o «Consenso de Washington» seja discutível e discutido correntemente (tal como as funções do FMI e do Banco Mundial como grandes reguladores do sistema da economia mundial⁴), não encontramos referência consensual comparável no âmbito da política qualitativa, embora seja comum a referência ao paradigma da economia de mercado.

A revisão da Estratégia de Lisboa, na verdade, reforça o reconhecimento da diversidade dos contextos nacionais em matérias tão delicadas como a coesão social, a capacidade inovadora e empreendedora, a I&DE e a política educativa. Basta, por um momento, pensar nos modelos de «coesão social» subjacentes às práticas sociais e políticas de grandes referências «europeias», como a Suécia, a Alemanha, a Grã-Bretanha ou a França, para nos apercebermos da grande diversidade dos sistemas sociais respectivos⁵.

Sendo assim, e independentemente da discussão dos objectivos e instrumentos da política em causa, coloca-se um problema prévio, que remete para a questão que designamos por «engenharia das reformas». Trata-se de ir além do simples enunciado, mais ou menos detalhado, de uma determinada estratégia de política económica. Com aquela expressão, referimos a combinação de múltiplos instrumentos de política, procurando favoráveis condições sócio-económicas e políticas de execução, em seqüências temporais compatíveis com a natureza dos objectivos visados, e sempre buscando a realização gradual, mas persistente, desses objectivos. Em lugar de uma expectativa de *big bang*, ou grande salto, que provavelmente provocará frustração de expectativas, custos económicos e sociais elevados para resultados duvidosos.

Como sucedeu, por exemplo, em experiências precipitadas de «transição» para a economia de mercado, quando, no final dos anos 1980, se dá o colapso da União Soviética e do correspondente modelo de sistema económico. Ao contrário da experiência finlandesa na mesma época, que, partindo de uma crise profunda do sistema económico, permitiu uma transição de grande sucesso para a desejada economia baseada no conhecimento⁶.

Aceitando esta perspectiva, a nossa questão surge, à partida, aparentemente simples de formular: Qual será o modelo de engenharia política «apropriado» para aplicação razoavelmente satisfatória de uma estratégia tão ambiciosa e complexa?

Ou deveremos, embora com alguma displicência, reconhecer que os países que atingem os objectivos não precisariam de grandes enunciados estratégicos para conseguir, porque já navegavam nessa direcção, empurrados por oportunos ventos e marés da sua História, enquanto os que ficam aquém deles simplesmente precisariam de «algo mais» do que esses grandes enunciados de intenções para melhorar, digamos, o espontâneo curso de acontecimentos? Sendo esse algo uma forte mobilização nacional em direcção a certo modelo de economia e sociedade reconhecido consensualmente como preferível a qualquer outro?

Parece, hoje, evidente que a formulação inicial da Estratégia de Lisboa foi infeliz, por ser impraticável atingir simultaneamente múltiplos, exigentes e complexos objectivos num conjunto tão diverso de economias nacionais. Essa primeira definição da Estratégia de Lisboa revela-se, hoje, um exercício patético, talvez ingénuo, de *wishful thinking*.

Neste passo, aliás, notemos a ironia da situação: quando se escuta um coro persistente de vozes que se insurgem, por todo o lado, contra a «quantidade e a qualidade do Estado», eis que, mediante manipulação de variados instrumentos de política, se

assume que os Estados europeus concertados se tornariam capazes de coerentes, oportunas e profundas reformas dos sistemas económicos e sociais. Como se no seio da UE estivesse, afinal, emergente não tanto a «Economia Baseada no Conhecimento», mas antes um luminoso e revelador caminho para a EBC «centralmente planeado» e baseado em Bruxelas...

Assumindo, já se vê, como mais forte motivação para trilhar tal caminho, a necessidade de reduzir atrasos relativamente ao hegemónico parceiro norte-americano.

É, ainda, de notar o seguinte: em qualquer caso, mas sobretudo tratando-se de um regime democrático, o poder político não é todo-poderoso e necessita de compromissos e de alianças envolvendo diversos grupos sociais e interesses. Em situação de grave ameaça à segurança e independência nacionais, como foi o caso da Grã-Bretanha e dos EUA no contexto da Segunda Guerra Mundial, um governo escolhido democraticamente pode dispor de larga confiança popular para exercer uma política de sacrifícios para o país. Mas em circunstâncias normais, uma estratégia de profundas reformas, sobretudo quando defrontam interesses poderosamente organizados, requer uma liderança política dotada de excepcionais capacidades. Claro que é infinitamente mais fácil desenvolver no papel uma estratégia formalmente consistente do que implementá-la na dureza dos conflitos sociais. A «engenharia de reformas» de que temos falado é, antes do mais, um difícil exercício de governação democrática.

Consideremos, agora, esta segunda versão nos seus aspectos nucleares.

A estratégia “relançada” consiste, afinal, numa tentativa sensata de tornar praticável o espírito da formulação inicial, agora acentuando a focalização na problemática do crescimento e do emprego, em acções concretas e a curto-prazo e dando maior autonomia e responsabilização às autoridades nacionais, que terão oportunidade e incentivo para atender às características e aos problemas próprios de cada país. Há, assim, espaço formal para uma maior diversidade de “engenharias”, no sentido que demos ao termo. O que, por seu turno, não só permite, como afinal obriga Portugal a uma definição estratégica bem específica, considerando a própria especificidade da situação da economia portuguesa no contexto europeu.

DA ESTRATÉGIA DE LISBOA AO PNACE

No texto do PNACE, subordinado ao tema «Qualificação, Emprego e Coesão Social», pode ler-se o seguinte: «A sociedade do conhecimento baseia-se na elevada qualificação dos recursos humanos, na crescente qualidade do emprego e no acesso generalizado à informação, tendo intrínseco um novo paradigma assente na constante

inovação de métodos, processos e produtos, com uma crescente incorporação de mais valia intelectual, o que induz responsabilidades acrescidas e diversas aos sistemas educativo, formativo e de emprego».

Em consonância com este discurso introdutório, que reproduz a ideologia hoje em voga relativamente a conhecimento, informação, aprendizagem, etc., apresenta-se depois uma listagem de numerosas intenções, iniciativas, medidas e projectos, entre as quais se incluem, por exemplo, «travar o crescimento do desemprego e atenuar a sua severidade», «reforçar a educação e qualificação dos portugueses», e metas quantitativas, como aumentar a taxa de emprego global de 67,8% em 2004, para 69% em 2008 e 70% em 2009, generalizar o ensino de inglês nos alunos do ensino básico, reduzir para metade o insucesso escolar nos ensinos básicos e secundário até 2009, etc., etc..

Percebe-se a intenção de tornar credível o PNACE pela quantidade e minúcia das propostas concretas de actuação e grande abrangência dos domínios contemplados. Coisa que, aliás, corresponde a uma antiga tradição da Administração Pública Portuguesa, que vem, pelo menos, desde os tempos dos «Planos de Fomento», iniciados vai para mais de meio século no período 1953/58, quando os “planos” pluri-aneis incluíam vários volumes de relatórios com amplas descrições do presente e do passado e até digressões por futuros, globais e sectoriais, considerados desejáveis e possíveis. Mas, no caso presente, a versão portuguesa da Estratégia de Lisboa “relançada”, corre o risco de sofrer do mesmo mal que a Estratégia de Lisboa inicial, ou seja, *velar-se a posteriori* fundamentalmente um exercício de *wishful thinking*.

Na sequência da análise anterior, surge então a questão de esboçar contornos da «engenharia de reformas», que, a nosso ver, poderia e deveria estar subjacente ao PNACE.

Poderemos distinguir diferentes domínios ou «espaços» de intervenção do Estado e dos principais actores sociais, incluindo não só empresários e grupos económicos, mas também organizações sindicais e diversas organizações não-lucrativas da chamada sociedade civil, como fundações, cooperativas, universidades, associações para o desenvolvimento regional e local, etc.:

- a equilibragem macro-económica, que essencialmente remete para instrumentos da política monetária e financeira, tipicamente «política quantitativa» no sentido que atribuímos à expressão. A este nível, como é sabido, está em causa respeitar objectivos definidos no quadro da UEM. Os quais, por seu turno, como os próprios países membros mais poderosos da UE têm demonstrado, não devem ser considerados como *ultima ratio*, mas antes como algo a ter em devida conta no específico contex-

to de cada Estado nacional. Para o bem ou para o mal, note-se, os ventos sopram hoje para a reafirmação dos Estados nacionais, e não da sua diluição, no quadro da UE;

- a dinamização do crescimento económico, com suporte na melhoria da competitividade, na capacidade empresarial de inovação, na generalização do acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação, etc.;
- a focagem na coesão social de diversos instrumentos da política económica e social, que principalmente remetem para o mercado de emprego e a repartição de rendimentos. Estão aqui em causa medidas para incrementar a empregabilidade, apoiar a aprendizagem «para toda a vida» e a inserção social, também renovar e fortalecer os processos de negociação colectiva, assegurar justiça fiscal, etc..

É de salientar que esta temática é importante não apenas em si mesma, mas ainda do ponto de vista instrumental relativamente às outras duas, pois só o progresso neste domínio pode gerar o clima social necessário, sobretudo em democracia, para atingir objectivos nos outros domínios.

Outras áreas sem dúvida fundamentais de intervenção do Estado, como a sustentação ambiental, a I&DE e o sistema educativo, não são aqui referidas, não por serem secundárias, mas por não colocarem, como as acima mencionadas, opções ou escolhas tão delicadas e determinantes ao nível da «engenharia de reformas».

Já salientámos que a evolução recente da economia portuguesa se tem revelado negativa aos três níveis acima referidos: acentuação de desequilíbrios na esfera financeira, maior atraso no crescimento e, ainda, maior desintegração, em lugar de maior coesão social. Neste aspecto, infelizmente, Portugal apresenta-se como um dos piores, senão o pior, exemplo «europeu».

Esta matriz problemática nuclear não pode ser iludida, tanto mais que se tornaria necessário dispôr de um largo consenso nacional para se verificar efectivo relançamento, no caso português, da Estratégia de Lisboa.

Na prática, qualquer estratégia de reformas que, nas presentes condições portuguesas, sacrifique o nível 3 ao nível 1, e pior ainda, tudo sacrifique ao nível 1, apelar das melhores intenções dos *policy makers*, corre o risco de não só falhar os próprios objectivos a esse nível como quaisquer outros verdadeiramente significativos face à crise portuguesa actual. E esta, no fim de contas, também não é «puramente económica».

NOTAS

1. Alguns indicadores destas tendências são referidos nos artigos de E. Rosa e E. Ribeiro incluídos nesta edição.
2. Discutimos o tema no artigo «A insustentável leveza do ser europeu», *Economia Global e Gestão*, 2/2005.

3. Uma interpretação do período 1974/75 em Portugal encontra-se no nosso livro *Os estados de língua portuguesa na economia mundial* (Cap. 5, Moraes, 1988).

4. Ver, por exemplo, a página na Internet sobre o «Washington Consensus» do *Center for International Development* da Universidade de Harvard, que permite o acesso a uma extensa bibliografia sobre o tema.

5. O artigo de J. M. Castro Caldas, incluído neste número, é esclarecedor deste aspecto.

6. Uma expressiva descrição da experiência finlandesa encontra-se em Jorma Roussi «Research and Innovation in Finland - Transformation into Knowledge Economy», europa.eu.int/comm/research/com.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALIBAR, Étienne (2003), *Europe, Vanishing Mediator*. Fernand Braudel Centre, Viewpoints, New York.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE A DIMENSÃO SOCIAL DA GLOBALIZAÇÃO (2005), *Por uma Globalização Justa*. OIT, ISCTE. Celta, Lisboa.
- MURTEIRA, Mário (2003), *O Que é Globalização*. Editorial Quimera, Lisboa.
- SILVA, Manuela (coordenador) (2005), *Cidadania Activa, Desenvolvimento Justo e Sustentável*. Comissão Nacional Justiça e Paz, Lisboa.
- STIGLITZ, Peter (2002), *Globalization and its Discontents*. Penguin Books, Londres.